

A CAPITAL

Director: DAVID MOURÃO-FERREIRA

PROPRIEDADE: S.G.C. - SOCIEDADE GRÁFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TELES. 688125/6/7 * END. TELEG. ACAPITAL * TELEX 12396

CONSELHO DA REVOLUÇÃO REÚNE EM BELÉM

UM plenário do Conselho da Revolução, com início previsto para as 15 horas de hoje, no Palácio de Belém, deverá fazer o ponto da situação e avançar soluções para superar a crise resultante do afastamento do P. S. do Governo e do «caderno reivindicativo» apresentado pelo P. P. D. ao Presidente da República. A agenda de trabalhos do plenário não foi divulgada, mas sabe-se que as comissões política e militar do C. R. tiveram, esta manhã, reuniões de trabalho, ligadas com a reunião desta tarde.

Entretanto, o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, interrompeu esta manhã os contactos que vinha estabelecendo desde o passado fim-de-semana com vista ao preenchimento dos lugares vagos no Governo Provisório. Um porta-voz do seu gabinete disse que, «a haver contactos hoje nesse

sentido, eles serão, quando muito, telefónicos». O Chefe do Governo limitou-se a receber esta manhã, na sua residência, em São Bento, o secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, eng.º João Martins Pereira.

O Primeiro-Ministro, que descansou ontem nos arredores de Lisboa, manteve no sábado consultas com representantes do M. D. P., P. C. P. e P. P. D., além de diversos ministros militares. Vasco Gonçalves recebeu ainda o ministro para o Planeamento e Coordenação Económica, prof. Mário Murteira.

Álvaro Cunhal, ministro sem pasta e secretário-geral do P. C. P. declarou à saída da residência oficial do Primeiro-Ministro que «a crise não é superável facilmente, mas é superável. Creio mesmo que será superada».

(Continua na página 2)

AUMENTA VIOLÊNCIA EM ANGOLA

RIGORÍFICOS cheios de corações, fígados e outros órgãos humanos, garrafas cheias de sangue, restos de arroz com ossos humanos e valas repletas de cadáveres trucidados — este o recheio tétrico encontrado pelos soldados das F. A. P. L. A. (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) nas instalações militares da F. N. L. A. em Luanda, abandonadas pelos soldados desta organização no decorrer das acções de libertação que o M. P. L. A. está a concluir, com o apoio de grandes massas da população, na capital angolana. A revelação foi transmitida a «A Capital», via tele, pelo Quartel-General das F. A. P. L. A., em Luanda, numa exposição em que são relatadas, ainda, as origens próximas dos incidentes, provocados pela F. N. L. A. quando soldados seus dispararam, por várias vezes, sobre uma multidão que acompanhava o funeral de uma dirigente da O. M. A. (Organização da Mulher Angolana), do M. P. L. A. Entretanto, e enquanto o número de mortos, não oficial, ultrapassa já os 300, a Direcção-Geral da Informação distribuiu, em Lisboa, um comunicado do alto-comissário português em Angola, general Silva Cardoso, do seguir teor:

«O "bureau" político da F. N. L. A. acaba de divulgar um comunicado que, pelas falsidades e acusações que contém, pode ter as mais graves consequências.

«É falso atribuir às forças portuguesas uma tomada de posição parcial nos acontecimentos que estão a verificar-se na cidade

POPULARES OCUPAM FUNDACÃO

A sequência da ocupação das instalações da Fundação Adolfo Vieira de Brito por moradores do Bairro de S. João de Brito e dos «bairros de lata» das Quintas do Alto e do Narigão, em virtude de esta Fundação mais de três anos inactiva e visando transformá-la em infantaria para as crianças da zona, o Ministério dos Assuntos Sociais deparar os actuais corpos gerentes e empossar uma comissão activa composta por representantes dos moradores ocupantes.

(PÁG

NASCE NOVA NAÇÃO

S. TOMÉ FESTEJA INDEPENDÊNCIA

O povo de São Tomé e Príncipe festejou a independência do país, ocorrida no sábado, com manifestações de alegria, enquanto vários países africanos e de outros continentes enviam mensagens de felicitações aos primeiros governantes e dão a conhecer o desejo de estabelecerem relações a nível de Embaixada. Portugal, por despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, hoje publicado no «Diário do Governo», já criou a sua Embaixada em São Tomé e, logo após a independência, por intermédio do almirante Rosa Coutinho, representante do Primeiro-Ministro, nas comemorações da independência, assinou um acordo de cooperação com o novo Estado soberano, a corporizar o tipo de relações de amizade que passarão a vigorar entre os povos dos dois países.

O nosso enviado especial Calado Lopes da conta do que foi a satisfação de um povo ao ver-se liberto das amarras do colonialismo e, em documentado trabalho, faz a análise da situação económica do país, ainda sujeito

VASCO GONÇALVES INTERROMPE CONSULTAS

(Continuação da página 1)

Acerca das críticas à situação portuguesa, feitas na Europa Ocidental, Álvaro Cunhal afirmou:

— Já desde o 28 de Setembro que digo — e continuo a dizê-lo — que a Europa tem períodos de mau humor e outros com um pouco mais de paciência. Eu creio que a Europa tem de se habituar à ideia de que há uma revolução em curso e que o povo português tem capacidade para dirigir os seus destinos. A Europa pode ter a sua opinião — é natural que a tenha. Há especulações organizadas e outras que não são. Vamos a ver... Nós temos confiança em que a opinião popular democrática europeia-ocidental compreenderá a Revolução portuguesa.

Ainda a propósito das relações com a Europa, Cunhal disse estar convencido de que não haverá boicotes.

Do P.P.D. foram recebidos, em audiências separadas, o dr. Sá Borges, ministro dos Assuntos Sociais, em representação do ministro sem pasta dr. Magalhães Mota, ausente em São Tomé, e ainda o prof. Emídio Guerreiro, secretário-geral. Emídio Guerreiro declarou aos jornalistas que apenas trocou impressões com o Primeiro-Ministro.

Prosegiu:

«Não houve, assim, resultados absolutamente nenhuns, porquanto o Primeiro-Ministro me disse que, enfim, era uma primeira aproximação connosco, com o P. P. D., e que o assunto está a ser estudado ou vai ser estudado pelo Conselho da Revolução, na terça-feira.»

COPCON ESCLARECE PRISÃO DE MILITANTES DO M.R.P.P.

ALGUNS aspectos da actuação do M. R. P. P. que levaram à detenção de vários dos seus membros, nomeadamente do secretário-geral, dr. Arnaldo Matos, são focados num comunicado distribuído pelo Comando Operacional do Continente, através do Ministério da Comunicação Social, no qual se denunciam os objectivos a alcançar por aquele movimento, comprovados por documentos apreendidos nas buscas efectuadas nas respectivas sedes.

Entretanto, e segundo o mesmo documento, conclui-se pela culpabilidade dos militantes do M. R. P. P. ainda detidos e ainda de outros contra os quais serão passados mandados de captura.

É o seguinte o texto do citado documento:

«Tem-se verificado ultimamente o recrudescimento, por parte do M. R. P. P., de uma escalada de propaganda insultuosa contra o COPCON, órgão revolucionário de comando das forças militares do M. F. A., a qual tem por base descaradas mentiras e débil argumentação que, no entanto, poderão encontrar eco em algumas pessoas desprevenidas ou deficientemente esclarecidas.

«Com a dupla finalidade de evitar este inconveniente e de esclarecer as razões que levaram o COPCON a actuar sobre os militantes do M. R. P. P. em 28 de Maio último, este Comando informa o povo com a verdade que sempre rege as suas intervenções:

«1 — Estranhamente, para o M. R. P. P., o M. F. A. aparece rotulado, em 10 de Maio, como o inimigo principal que aquele grupo pretende destruir através de desagregação e divisão dos seus elementos.

«Julga-se tal facto, resultado de um erro de análise, grave, por parte daquele movimento, considerando o M. F. A. hipotecado a determinado partido político do qual o M. R. P. P. é característico antagonista, atoarda inteiramente falsa e despropositada largamente explorada, em acção contra-revolucionária, junto das massas populares menos esclarecidas.

«É um facto a escalada do M. R. P. P. dentro das unidades, aproveitando-se para tal da actuação do grupo clandestino R. P. A.-C. — facção armada daquele movimento.

«2 — R. P. A.-C. (Resistência Popular Anticolonial), intitulada por militantes seus como uma terrível organização do povo, foi criada com vista ao auxílio fraterno e militante à luta dos povos das colónias, não se compreendendo a continuidade da sua existência num momento em que a descolonização a que se

está a proceder segue em bom ritmo e tem sido elogiada pelas nações mais progressistas do mundo.

«3 — Os objectivos reais destas organizações, conforme se pode constatar por documentos capturados nas sedes do M. R. P. P., são expressamente a organização da recusa colectiva ao embarque; a paralisação, boicote e sabotagem do Exército; a deserção em massa com as armas, etc., que constituem crimes militares e, como tal, abrangidos pelo Decreto-Lei 258/74, de 15 de Junho.

«4 — Como métodos de actuação, e recomendada pelos responsáveis, a organização de células clandestinas com desprezo absoluto pelas organizações democráticas existentes nos quartéis, e especial incidência nas unidades mobilizadas que se destinam a garantir a descolonização onde ela ainda não foi dada como terminada, o controlo dos armeiros e paíóis e a expropriação das armas, o roubo de mapas e de toda a espécie de documentos classificados, etc.

«5 — É ainda preconizado pelo seu secretário-geral, dr. Arnaldo de Matos, que, nas unidades militares onde existem células clandestinas, devem os militantes do M. R. P. P. procurar conhecer os problemas e os fracas dos militares para assim os poderem cativar e controlar, actuação que se revela em meio semelhante à da famigerada P. I. D. E. - D. G. S. e que se julga contrária à ética de um verdadeiro movimento revolucionário.

«6 — Utilizando os caminhos da violência, militantes do M. R. P. P. sequestraram e torturam diversos indivíduos, o que conjugado com uma tentativa frustrada de divisão das forças do COPCON pela acusação caluniosa sobre alguns conhecidos chefes militares, deu azo a uma vasta operação de busca nas sedes daquele Movimento onde na realidade se obtiveram provas dos verdadeiros objectivos do M. R. P. P. e organizações afins.

«Entre outros documentos destacam-se: alocução de abertura à primeira conferência nacional da R. P. A.-C., pelo secretário-geral do M. R. P. P., dr. Arnaldo Matos; 1.ª Conferência Nacional da R. P. A.-C.; Discussão de militares na 1.ª Conferência da R. P. A.-C., com algumas intervenções do dr. Arnaldo de Matos; como organizar um quartel, do dr. Arnaldo de Matos.

«7 — Dessa operação desencadeada em 28 de Maio último, resultou a prisão de 432 militantes do M. R. P. P., alguns dos quais, depois de identificados, foram imediatamente postos em liberdade.

«No entanto, os principais responsáveis pela escalada levada a efeito pelo M. R. P. P. dentro das unidades militares e os militantes que se recusaram a identificar, contrariando a legislação vigente, ficaram detidos, ficando abrangidos pelo foro militar e numa perspectiva de equilíbrio entre os códigos em vigor e legalidade revolucionária, manteve-se-lhes a interdição das visitas de advogados o que é prescrito no Código de Justiça Militar.

«8 — Não se justificava, em princípio, a visita de médicos antifascistas a Caxias, dado que os estabelecimentos prisionais dispõem dos seus próprios serviços clínicos a funcionar em pleno. Verificava-se porém que os presos se recusavam sistematicamente e desconfiadamente a ser assistidos por aqueles serviços.

«A título excepcional, foi o dr. Rosa Falcão autorizado a visitar uma doente do M. R. P. P. sob o pretexto de correr perigo a sua vida, o que se veio a verificar não corresponder à verdade. Em contrapartida, soube-se que a presença deste médico teve como finalidade a troca de informações entre a detida e o exterior.

«Aliás, as vidas dos detidos não corriam perigo apesar da greve da fome desencadeada que provocou estados de frustração em alguns, de doenças infectocontagiosas que já transportavam ou daqueles que se autoflagelaram para fazer crer que sofreram espancamentos na prisão. Os detidos sabiam perfeitamente que todos estes actos de autoagressão eram, evidentemente, da sua inteira e exclusiva responsabilidade. É de admitir, no entanto, que o comportamento absolutamente indisciplinado e violento por parte de militantes do M. R. P. P. tenha provocado, em contrapartida, um tratamento por vezes menos cortês por parte do pessoal em serviço na prisão.

«9 — Por uma questão puramente humanitária, o COPCON acabou por autorizar as visitas dos médicos antifascistas da escolha dos detidos; hospitalização de duas raparigas no Sanatório D. Carlos I; 2 outras no Hospital de Santa Maria; 10 homens na Prisão-Hospital de Caxias e do próprio dr. Arnaldo de Matos na clínica de gastroenterologia do Hospital Militar Principal, em quarto particular, de onde acabou por fugir em circunstâncias ainda não completamente esclarecidas, como foi comunicado oportunamente. O secretário-geral do M. R. P. P. terminou a greve da fome logo que foi submetido ao tratamento hospitalar, no que foi seguido por aqueles que também se encontravam em greve.

«10 — A medida que os militantes do M. R. P. P. eram identificados, iam sendo postos em liberdade continuando detidos ao abrigo do art.º 411.º do Código de Justiça Militar conjugado com o art.º 254.º, n.º 1 do Código do Processo Penal (prisão até 3 meses) aqueles que se recusaram a identificação.

«Hoje, dia 12, foram soltos 46 elementos de Pinheiro da Cruz e 27 de Caxias, tendo cumprido 45 dias de prisão em prisão militar pelo facto de terem incorrido em pena de desobediência.

«Das averiguações em curso conclui-se da criminalidade dos militantes não libertos, além de outros para os quais serão passados mandados de captura, devendo ser entregues à Polícia Judiciária aqueles que são acusados de sequestro e espancamento. A situação actual dos detidos é a seguinte: 17 em Caxias (13 dos quais transferidos de Pinheiro da Cruz); 2 hospitalizados; e 8 na Casa de Reclusão da Trafaria, por serem militares.»

MARTINS PEREIRA
SC1. VIDA PÚBLICA
SSC1. SEIT
SR22. RECORTES

Acabado 15/07/1975



GOVERNO APARTIDÁRIO

A substituição dos ministros filiados no P. S., que foram demitidos pelo Conselho da Revolução, está a levantar o problema de uma reestruturação do próprio Governo Provisório. Deste modo, um novo Governo poderá vir a assumir um carácter apartidário, reforçando o M. F. A. a sua imagem política de movimento de libertação.

Nesse sentido se deve compreender a forma concreta que tomaram os rumores de que o secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, eng.º João Martins Pereira, teria apresentado a sua demissão ao Primeiro-Ministro, durante uma longa entrevista ontem de manhã. Idêntica posição poderia ter sido tomada pelo eng.º Oliveira Baptista, ministro da Agricultura e Pescas. De forma mais vaga, concorreriam no mesmo sentido as posições de toda a equipa económica do actual Governo.

A demissão do secretário de Estado da Indústria e Tecnologia não está relacionada com o afastamento dos elementos P.S. nem com as exigências do P.P.D. ao Conselho da Revolução, antes devendo relacionar-se com posições já defendidas pelo eng.º Martins Pereira, nomeadamente num artigo publicado em «O Jornal» há três semanas.

Efectivamente, num texto intitulado «M.F.A.: Movimento de Libertação?», em que se apreciava o Plano de Acção Política definido pelo M.F.A., o secretário de Estado da Indústria demissionário apontava que a via partidária «acabou objectivamente por dar prioridade às questões de estratégia do poder» (dominantes na acção partidária) sobre as de «libertação nacional — construção do socialismo», que acabaram por emergir, como as decisivas em face de uma progressiva degradação da situação económica e política».

A constituição de um Governo apartidário levanta, por outro lado, a questão de um adjunto para o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, que poderia vir a ser um militar já com experiência de governação.